

BUROCRACIA E ACELERAÇÃO MINORITÁRIA EM DELEUZE, GUATTARI E SIMONDON

BUREAUCRACY AND MINORITARIAN ACCELERATION IN DELEUZE, GUATTARI AND SIMONDON

CAÍQUE COELHO¹

<https://orcid.org/0000-0002-6289-1596>

RESUMO: Este artigo busca expor em que consistiria uma perspectiva minoritária sobre a burocracia, isto é, uma compreensão que fosse não propriamente uma crítica externa à burocracia, mas uma reversão imanente de seus procedimentos pela aceleração de seus próprios critérios. É esta reversão que Deleuze e Guattari parecem ter exposto, processo cuja inteligibilidade, segundo a hipótese deste texto, pode ser esclarecida a partir da passagem pela concepção de angústia em Gilbert Simondon. Num primeiro momento, trata-se de realizar um sobrevoos específico da recepção que Deleuze e Guattari fazem da obra de Franz Kafka, iluminando essa recepção sob o ângulo da relação que haveria entre a burocracia e a questão minoritária. Nessa concepção, a escrita minoritária não buscaria denunciar um conteúdo oculto, mas expor aquilo que se desmonta e se transforma no ato mesmo de ser apresentado, posto que só funciona performaticamente quando não tematizado explicitamente. Em um segundo momento, recorreremos a Gilbert Simondon e aos conceitos de angústia e transindividual para pensar qual sentido pode ser dado à afirmação de Deleuze e Guattari deste poder de aceleração que residiria no encontro entre a escrita minoritária e a burocracia. Que essa relação diferencial possa gerar uma certa aceleração é o que, nos parece, pode ser esclarecido retroativamente por esse retorno à obra de Simondon. Defenderemos que a aceleração minoritária é inseparável de um regime transindividual de relações que nasce de sua própria precariedade, fazendo dessa precariedade não o obstáculo negativo mas o signo positivo de um potencial ainda não utilizado.

PALAVRAS-CHAVE: Burocracia; Aceleração; Deleuze; Simondon; Kafka.

ABSTRACT: This article seeks to explain what a minoritarian perspective on bureaucracy might consist of, that is, an understanding that is not exactly an external critique of bureaucracy, but an immanent reversal of its procedures by accelerating its own criteria. It is this reversal that Deleuze and Guattari seem to have exposed, a process whose intelligibility, according to the hypothesis of this text, can be clarified by looking at Gilbert Simondon's conception of anxiety. The first step is to take a specific flight over the reception that Deleuze and Guattari make of Franz Kafka's work, illuminating this reception from the angle of the relationship between bureaucracy and the minoritarian question. In this conception, minoritarian writing does not seek to denounce a hidden content, but to expose what is dismantled and transformed in the very act of being presented, since it only works performatively when it is not explicitly thematized. In a second moment, we will turn to Gilbert Simondon and the concepts of anxiety and transindividual to think about what meaning can be given to Deleuze and Guattari's affirmation of this power of acceleration that resides in the encounter between minoritarian writing and bureaucracy. The fact that this differential relationship can generate a certain

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UERJ com financiamento da CAPES e com período sanduíche na Université Paris Nanterre pelo programa CAPES Print. Contato: caiqueatenas@gmail.com. Link do currículo: <http://lattes.cnpq.br/3058613489602337>.

acceleration is what, it seems to us, can be retroactively clarified by this return to Simondon's work. We will argue that minoritarian acceleration is inseparable from a transindividual regime of relations that is born of its own precariousness, making this precariousness not the negative obstacle but the positive sign of a potential that has not yet been used.

KEYWORDS: Bureaucracy; Acceleration; Deleuze; Simondon; Kafka.

Introdução

É comum que se espere da descrição de um fenômeno social que ela, encerrada em si mesma, não nos revele a prescrição que daí deveria se seguir, como se a descrição do que é jamais retroagisse sobre a natureza daquilo que deveria ou poderia ser. Entretanto, parece-nos que, em fenômenos como a burocracia, a performance de uma descrição altera, em certos aspectos, a própria configuração do processo, talvez numa ressonância do que Judith Butler diria sobre o gênero: em ambos os casos, a superfície é a essência do próprio fenômeno², não havendo burocracia a não ser pelos atos que a sustentam numa cena procedimental, mesmo que o espetáculo que ela monta não tenha mais um observador humano, como seria o caso dos formulários eletrônicos e seus reconhecimentos automatizados. Uma exposição do agenciamento social que está suposto nessas interações desmonta a própria inocência da performance, pois pode retroagir sobre os desejos e crenças daqueles que sustentam a maquinaria social. Em outras palavras, a questão é que desmontar o funcionamento burocrático de um procedimento ao descrevê-lo é também expor a contingência dessas regras e de suas metas respectivas; é conceber a variação contínua (e histórica) da qual nascem, o que retroage sobre o horizonte de expectativas daquilo que é possível, daquilo que é desejável e daquilo que é praticamente viável. Descrever a burocracia seria, nesse sentido kafkeano, tornar visível a variação das próprias regras e como estas seriam apenas a resolução metaestável de problemáticas que a excedem e cuja descrição pode catalisar novas prescrições, permitir movimentos mais sutis ou, como poderia ter dito Simondon, abrir as instituições ao transindividual que elas buscam integrar sem nunca poderem aprisionar.³ Ou seja, a questão, remetendo novamente a Judith Butler, é que algumas performances apenas possuem o valor que possuem na medida em que se fazem valer como segunda natureza para aqueles que a mantêm na existência, obscurecendo o processo de produção do qual elas são um resultado evanescente,

² Cf. Butler, 1999.

³ A constituição transindividual da coletividade e o caráter “apenas” metaestável de qualquer instituição ou regramento da vida podem ser encontrados na conclusão e no último capítulo de *A individuação à luz das noções de forma e informação*, de Gilbert Simondon (2020). Retomaremos estes conceitos mais à frente.

uma resolução entre outras de problemáticas que estão além ou aquém dessas regras, que não se reduzem a seus aparatos e suas certezas histórico-geográficas.

Como veio a dizer Mark Fisher, no contexto educacional britânico dos anos 2000, na burocracia neoliberal, o que importa é a representação dos atos e não exatamente o que eles implicam.⁴ Ou seja, a burocracia, enquanto a estrutura organizacional e a prática continuada de regras e procedimentos internos a instituições humanas e suas infraestruturas técnicas impessoais, teria sua realidade na medida em que há performances. Isto é o mesmo que dizer que existem atos normativos e seus efeitos que se reticulam entre si, ou seja, que formam redes de conexões contíguas entre escritórios, repartições, e-mails, arquivos, notas de repúdio, rostos, mensagens automáticas de aniversário, editais, inscrições, contratos, certidões, autenticações, assinaturas e milhares de outras nomenclaturas para documentos e os rituais e fetiches que giram em torno de seu reconhecimento.

Entretanto, seria inadequado reduzir a burocracia ao puro formalismo da regra ou à perseguição ascética de uma pureza legalista. Pelo contrário, parece-nos que autores como Deleuze e Guattari apontam a maneira como a burocracia é atravessada por violentos desejos, poderes moleculares, movimentos de bastidores e corredores, fluxos que driblam as paredes dos escritórios e repartições, revelando não exatamente o que escapa à burocracia, mas como a burocracia, ela mesma, é imediatamente infestada de movimentos moleculares sem os quais ela jamais funcionaria, movimentos esses que também tem certo potencial de transformação imanente. Ambos os autores, neste caso, estão pensando claramente na importância de Franz Kafka como um dos escritores que melhor expôs a montagem e a desmontagem desses funcionamentos e engrenagens do desejo burocrático, isto é, da burocracia como imediatamente desejo, e não como lei transcendente ou teologia negativa (como muitos intérpretes de Kafka julgavam se tratar sua obra). O que aqui pretendemos expor, ao menos em parte, é como uma perspectiva minoritária do fenômeno burocrático poderia ser uma performance que, ao expor a própria engrenagem do desejo burocrático, pudesse acelerar a invenção de inteligências coletivas e aperfeiçoamentos afetivos transindividuais que retroagissem sobre a própria prática das instituições, isto é, que catalisassem novos desejos, colaborando na sustentação de

⁴ “O que temos não é uma comparação direta dos rendimentos ou desempenhos dos trabalhadores, mas sim uma comparação entre representações auditadas de desempenho ou rendimento. [...] curto-circuito: o trabalho passa a ser orientado para a geração (e manipulação) das representações mais do que para os objetos oficiais do próprio trabalho. [...] valorização dos símbolos do resultado, em detrimento do resultado efetivo. [...] tendência a implementar iniciativas cujos efeitos reais no mundo importam apenas na medida em que se registrem bem no nível das aparências.” (Fisher, 2020, p.75-76).

maquinarias procedimentais menos opressivas. Uma literatura menor como a de Kafka parece ter dado os primeiros passos nessa direção.

A relevância de uma discussão sobre a burocracia no capitalismo tardio de 2023 não é um anacronismo fordista e nem stalinista. Pelo contrário, é crescente o número de autores que apontam como o neoliberalismo não inibiu, mas acelerou a proliferação de procedimentos burocráticos em todas as esferas da vida social e psíquica, a tal ponto que a burocracia é componente essencial da própria crise da saúde mental atrelada ao que Mark Fisher apelidou de *realismo capitalista*. Em seu livro exatamente com esse título, Mark Fisher desenvolve uma análise psicossocial do conceito. O realismo capitalista se resumiria à tese de que não há alternativas viáveis ao capitalismo e que, portanto, é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.⁵ Estas duas afirmações dão o tom do que Fisher examinará em mais detalhes em seu livro, a saber, as repercussões do realismo capitalista na saúde mental e na burocracia, temas caros ao mundo educacional, o qual Fisher conhecia de perto enquanto professor e universitário. Se a saúde mental e a burocracia se intercalam na arquitetura dos capítulos do livro, estas duas temáticas encontram sua convergência na própria atmosfera geral que o realismo capitalista apresenta a nível econômico. Isto é, seguindo os passos de Deleuze e Guattari, Fisher corrobora a inseparabilidade entre a questão psíquica do desejo e a questão do funcionamento da própria infraestrutura econômica da sociedade: só há o funcionamento de uma sociedade porque há o investimento e colaboração diária de todos os que compõem suas engrenagens, ao mesmo tempo em que essa estrutura, uma vez existindo, possui uma realidade própria que é especulativamente irreduzível à soma das partes, pondo-se portanto como um problema, por isso mesmo, estrutural: “É preciso ter em mente que o capitalismo é tanto uma estrutura impessoal hiper abstrata quanto algo que não poderia existir sem a nossa colaboração.”⁶ Nesse contexto, o realismo capitalista seria uma espécie de atmosfera de ideias e disposições afetivas que se proliferaram pelo inconsciente político, econômico, cultural e individual da sociedade a partir dos anos 1980, ganhando maior tração após o fim da União Soviética e o espírito de “fim da história” defendido pelo neoliberalismo dos anos 1990 em diante. Ora, essa descrição bipolar do capitalismo, como algo estrutural e ao mesmo tempo sustentado pelo desejo tácito daqueles que compõem suas peças, parece se aplicar precisamente ao fenômeno da burocracia neoliberal: ela é simultaneamente uma monstruosidade hiper abstrata de um sistema acentrado e terceirizado incapaz de exercer responsabilidade *e também*

⁵ Fisher, 2020, p.10. Essa tese é atribuída por Fisher a Frederic Jameson e Slavoj Žižek.

⁶ Fisher, 2020, p. 28.

algo cuja colaboração diária e manutenção na existência depende do investimento de desejos e crenças daqueles que fazem parte de suas engrenagens, de seus reconhecimentos e execuções, de seus pequenos prêmios e distribuições de esmolas. Nesse sentido, o ponto de partida deste trabalho talvez seja não propriamente um interesse sociológico ameno em regularidades do comportamento, mas o esforço em expor as coordenadas e variáveis que modulam a saúde mental coletiva no capitalismo tardio. Dessa forma, a recepção de Deleuze e Guattari da obra de Kafka pode nos ilustrar alguns dos componentes do problema e talvez parte do prognóstico. Isso se dá porque, como Fisher aponta, e Deleuze e Guattari já o sabiam, Kafka é o profeta dos poderes acentrados e cibernéticos do capitalismo tardio.⁷ Sua obra foi a exposição literária da burocracia não exatamente como o velho poder centralizador, mas como uma nova e monstruosa tecnicidade acentrada, irresponsiva e angustiante própria ao mercado e suas relações públicas. Em outras palavras, talvez a burocracia stalinista do socialismo real fosse ainda algo pequeno diante da atual proliferação do telemarketing como forma geral da experiência e das relações públicas. Como resume Fisher:

A experiência do telemarketing destila a fenomenologia política do capitalismo tardio: o tédio e a frustração pontuados pelas relações públicas alegremente enlatadas; a repetição de detalhes aborrecedores para diferentes operadores (mal treinados e mal informados); a raiva acumulada que deve permanecer impotente porque não pode ter nenhum objeto legítimo, pois – como fica muito claro para quem faz a ligação – não há ninguém que saiba o que fazer e ninguém que fará coisa alguma (mesmo que pudesse fazer).⁸

Diante desse impasse atual apontado por Fisher, nos parece que a recepção de Deleuze e Guattari da obra de Kafka tem algo essencial a dizer sobre a burocracia e sobre como uma perspectiva minoritária desse processo pode acelerar a constituição de um outro campo transindividual de relações. Essa transindividualidade, conceito pelo qual fazemos recurso aqui à Simondon, pode nos esclarecer o que estava implícito na recepção deleuzo-guattariana de Kafka e no que isso pode repercutir atualmente.

1. A burocracia e a questão minoritária

A recepção de Deleuze e Guattari da obra literária de Franz Kafka é rica em uma lucidez metodológica que destoa das usuais interpretações da obra, a começar pela própria rejeição da *pertinência* da categoria de interpretação. Em primeiro lugar, Deleuze e Guattari se situam

⁷ Deleuze; Guattari, 1975, p. 149.

⁸ Fisher, 2020, p. 109-110.

diante da tradição literária sobre Kafka em uma chave quase lacaniana: eles nos dizem, em seu livro *Kafka: por uma literatura menor*, que não se trata nem de descrever o imaginário de Kafka nem de extrair de sua obra uma ordem simbólica específica, uma série de analogias ou de semiologias. Para eles, Kafka trata do *real*, nesse sentido ligeiramente lacaniano do termo: o que escapa à significação simbólica, às representações e que *também* não é mero imaginário nem uma vaga associação de ideias edipianas. A obra *O Processo*, por exemplo, trata-se da investigação científica do funcionamento de uma máquina, a máquina da justiça.⁹ A máquina da justiça não seria apenas o tribunal, a não ser no sentido em que o tribunal é todo o campo social: o padre, o pintor, as amantes, as empregadas, o advogado, os policiais carrascos, as criancinhas, o próprio K; todos são funcionários da justiça de algum modo, todos estão enredados e esquadrihados, à sua maneira, em uma grande maquinaria desejante da justiça. Dessa maneira, o que Kafka nos mostraria, ao acompanharmos K em seu processo judicial, seria uma pura experimentação política dos limites quase humorísticos dessa maquinaria.

Kafka ri: Kafka não é um autor dos lamentos conformados. Kafka revelaria, seja no *Castelo* ou no *Processo*, a maneira como há uma euforia imanente à própria burocracia. O(a) leitor(a) de ambas as obras acompanha o personagem K com o mais estranho afeto de uma intensidade que se alastra mesmo na mais infernal angústia, como se K começasse a desejar o próprio contato com o castelo e o andamento incessante do processo.¹⁰ Há uma aceleração que já não é só a angústia mas, imanente a essa angústia, um certo gesto de coragem e de vitalidade, uma intolerância com a besteira e a estupidez dos funcionários com os quais K negocia, uma vontade de fazer valer novas forças mesmo na pior maquinaria em que elas se encontram enredadas. Essa força de desterritorialização, nos parece, é o componente propriamente *minoritário* da literatura de Kafka e o componente em que reside seu caráter político, cuja forma não é a de uma crítica mas a de uma desterritorialização da própria máquina social.

Por isso, convém esclarecer os dois componentes da discussão que aqui expomos: o que é exatamente essa perspectiva minoritária e o que os autores entendem como burocracia. Quanto à perspectiva minoritária, o que Deleuze e Guattari encontram em Kafka são as condições de uma literatura menor, a qual é definida pela presença de ao menos três características fundamentais: a desterritorialização da língua, a ligação imediata do caso individual à política e o caráter coletivo da enunciação.¹¹ A desterritorialização da língua concerne ao impasse

⁹ Deleuze; Guattari, 1975, p. 80.

¹⁰ Deleuze; Guattari, 1975, p. 96.

¹¹ Deleuze; Guattari, 1975, p. 33.

vivido de uma impossibilidade da escrita, um acesso precarizado aos meios de expressão de um povo. No caso de Kafka, a territorialidade rural da língua tcheca, da qual sua família já tinha partido, aparece como uma realidade distante de sua vida em Praga, a qual exigia o conhecimento do alemão, o que lança um outro impasse: a “linguagem de papel”¹² desse alemão praticado pelas relações comerciais e institucionais da cidade, uma linguagem distante de qualquer capilaridade mais próxima aos judeus. A impossibilidade do escrever se mescla, portanto, com a impossibilidade de não escrever, já que esse próprio “espaço exíguo”¹³ exige de uma coletividade que os meios de expressão artísticos adiantem uma realidade que ainda não se encontrava no agenciamento social senão enquanto rascunho, esboço. Ou seja, é a precariedade mesma da situação dos judeus de Praga que é, ao mesmo tempo, a catalisação da necessidade de que a escrita seja “menos um espelho do que um relógio que adianta”¹⁴, uma aceleração do potencial de uma coletividade virtual que ainda não existe atualmente, mas que insiste como o que se poderia desenhar a partir da situação molecular concreta.¹⁵ Toma-se a língua em sua variação contínua de usos; não se busca reterritorializá-la num novo padrão que reinaria despoticamente sobre as variações: trata-se de prolongar as variações por elas mesmas, tomar a desterritorialização como ponto de partida de percursos ainda mais além da ordem simbólica.

Isso leva ao segundo ponto, a ligação imediata do caso individual à política. Isto é, a presença da minoria num espaço exíguo, desterritorializado e apertado, onde ela não é desejada, faz com que o caso individual de um personagem seja retratado como imediatamente

¹² Deleuze; Guattari, 1975, p. 30.

¹³ Deleuze; Guattari, 1975, p. 30.

¹⁴ Deleuze; Guattari, 1975, p. 107.

¹⁵ Entende-se por “molecular” em Deleuze e Guattari, entre outras coisas, esses fluxos de desejo e crença inconscientes que funcionam em um campo de relações que perpassa tanto o individual quanto o coletivo, posto que é anterior a ambos. O termo, como é de se esperar, também possui inspiração na química e na biologia molecular, na medida em que remete à oposição ao molar, aos fenômenos de multidão enquanto tendências estatísticas identitárias e pressões seletivas que anulam as divergências. O molecular designaria um regime de sínteses contrário às conexões específicas e às disjunções exclusivas do nível molar, ou seja, afirmaria conexões não-específicas e disjunções inclusivas, como também conjunções nomádicas. Estas concepções, no *Anti-Édipo* (1972), remetem à assimilação do trabalho do biólogo Jacques Monod sobre o funcionamento de toda uma “cibernética microscópica” das enzimas alostéricas, bem como às concepções do filósofo Raymond Ruyer sobre o caráter microscópico de todo vivente que, por maior que seja, prolongaria e amplificaria certos fenômenos singulares dos átomos e suas composições moleculares, a partir dos quais se dariam as cadeias do DNA, das proteínas, células, tecidos, órgãos, etc. Neste nível de um inconsciente molecular autopoiético, aquém dos indivíduos e das sociedades, tanto Ruyer quanto Monod parecem encontrar as condições de um maquinismo universal para além de toda estrutura fechada, isto é, um nível onde o funcionamento é imanente à formação, em que não há transcendência das estruturas sobre os materiais. Os parágrafos essenciais desta relação de Deleuze e Guattari com a biologia molecular se encontram no capítulo 4 do *Anti-Édipo* (1972), em especial na seção *O Inconsciente Molecular*. Já no que diz respeito aos fluxos de desejo e crença, estes remetem à recepção de Gabriel Tarde, que pode ser encontrada no capítulo *Micropolítica e segmentaridade* de *Mil Platôs* (1980, p. 267).

provocando uma repercussão de efeitos no campo social: “o triângulo familiar conecta-se aos outros triângulos, comerciais, econômicos, burocráticos, jurídicos”¹⁶. Por trás do pai de Kafka não está o drama de Édipo, mas as relações comerciais, burocráticas, os padrões, comissários e juízes. Por trás dos judeus, não o drama familiar das literaturas majoritárias, mas o mal-estar de uma vida em que existir é, por si só, gerar incômodo à maioria; parecer estar infestando o espaço, lotando-o mesmo que com apenas uma pessoa. Isto é, o que a minoria testemunharia seria, antes de tudo, que as relações familiares, sexuais ou de amizade são imediatamente investidas sobre um campo social que as julga, seleciona ou exclui. Há uma terceirização da produção de seu sentido enquanto povo, que passa a estar nas mãos da maioria, a qual vê a minoria não pelo que ela é, mas pela medida da distância dela em relação à representação do que deveria ser, o padrão diante do qual ela aparece como variação marginal e desfiguração escandalosa.¹⁷ A vida minoritária seria, nesse sentido, dificultada por processos absurdos que revelam com uma resolução concreta que as engrenagens da lei favorecem o desejo de certos grupos contra outros, o que equivale a um desencantamento com a ordem simbólica da linguagem e dos discursos oficiais, das pompas e das cerimônias. Kafka se encontrava na transversal dos discursos jurídicos e da realidade maquínica dos trabalhadores¹⁸: lidava com seguros contra acidentes de trabalho, conhecia o direito e a burocracia por dentro, ao mesmo tempo em que as máquinas de trabalho que esquadriavam a realidade do capitalismo industrializado do início do século XX.

Esse “entre” da situação profissional de Kafka nos sugere também o terceiro aspecto da literatura menor que havíamos citado: o caráter coletivo da enunciação. Para Deleuze e Guattari, a literatura menor de Kafka expõe o funcionamento daquilo que chamam de agenciamentos

¹⁶ Deleuze; Guattari, 1975, p. 30.

¹⁷ Há uma definição precisa de minoria em Deleuze e Guattari a partir do livro *Mil Platôs* (1980). Nesta obra, os autores opõem-se à concepção quantitativa de minoria, como se esta designasse apenas um grupo numericamente menor que outro. A minoria seria melhor designada, pelo contrário, pela sua distância em relação a um padrão que se impõe como majoritário (e que é majoritário por esse estado de dominação, e não o contrário). Entretanto, até aí, isto não quer dizer que a minoria seja necessariamente libertária, pois os autores fazem uma outra distinção entre a *minoria* como subsistema relativo a esse padrão e o *minoritário* como devir que atinge a variação contínua para além e aquém das constantes majoritárias (as quais são percebidas retroativamente como extraídas de maneira abstrata dessa variação contínua): “A maioria supõe um estado de poder e de dominação, e não o contrário. Supõe o metro padrão e não o contrário. [...] Pois a maioria, na medida em que é analiticamente compreendida no padrão abstrato, não é nunca alguém, é sempre Ninguém – Ulisses –, ao passo que a minoria é o devir de todo o mundo, seu devir potencial por desviar do modelo. Há um “fato” majoritário, mas é o fato analítico de Ninguém que se opõe ao devir-minoritário de todo o mundo. É por isso que devemos distinguir: o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como subsistemas e o minoritário como devir potencial e criado, criativo. O problema não é nunca o de obter a maioria, mesmo instaurando uma nova constante. Não existe devir majoritário, maioria nunca é um devir. Só existe devir minoritário.” (Deleuze; Guattari, 1980, p. 133-4).

¹⁸ Deleuze; Guattari, 1975, p. 148.

coletivos de enunciação¹⁹, ou seja, os modos de relacionamento dos atos enunciativos entre si e com os corpos numa formação social. Ora, no caso da literatura menor, nos dizem os autores, há uma raridade dos talentos, isto é, faltam autores e autoras devido às dificuldades do próprio acesso à escrita. Essa dificuldade, entretanto, torna cada escritor e escritora o nome potencial de uma coletividade.²⁰ Mesmo que o conteúdo do que se diz não seja uma unanimidade, seus enunciados não aparecem como os enunciados de um mestre individual, mas de uma comunidade porvir, na qual mesmo o escritor apartado e à margem da coletividade vigente é capaz de, por essa solidão mesma, encontrar o lugar e a ocasião da escuta de uma comunidade porvir, escuta essa que é barrada, no mais das vezes, em escritores por demais envolvidos com as significações intersubjetivas de uma época. É nesse sentido que Deleuze e Guattari afirmam que a solidão de Kafka é não um refúgio apolítico e antissocial, mas a oportunidade de um contato de outra natureza com a coletividade²¹, um contato muito mais molecular que o arrasta a visões em alta resolução dos processos burocráticos.

Cabe, portanto, entender qual é o sentido preciso que Deleuze e Guattari dão ao fenômeno burocrático em Kafka. De modo geral, a burocracia é o desejo no nível dos seus elementos enquanto engrenagens, seu funcionamento por contiguidade, sua proliferação em séries de procedimentos e conexões entre essas séries: sempre uma repartição além da outra, e corredores e portas dos fundos que realizam a continuidade entre os escritórios, conectando funcionários, máquinas, documentos, enunciados jurídicos, acusados. Essa proliferação é, em suma, a caracterização da burocracia como o agenciamento mesmo do desejo, tanto a nível dos enunciados quanto dos corpos envolvidos. É nesse sentido que Deleuze e Guattari dizem – em um capítulo curiosamente chamado *A proliferação das séries* – que:

A burocracia é desejo: não desejo abstrato, mas desejo determinado em tal segmento, por tal estado de máquina, em tal momento [...] A burocracia como desejo se unifica com o funcionamento de um certo número de engrenagens, o exercício de um certo número de poderes que determinam, em função da composição do campo social sobre o qual eles têm alcance, seus mecânicos tanto quanto seus mecanizados.²²

Nesse sentido, o escândalo que a burocracia revela é não o segredo oculto de uma lei transcendente, mas a nudez das relações de poder enquanto tais;²³ a contiguidade dos

¹⁹ Deleuze; Guattari, 1980, p. 112-113.

²⁰ Deleuze; Guattari, 1975, p. 31-2.

²¹ Deleuze; Guattari, 1975, p. 74-5.

²² Deleuze; Guattari, 1975, p. 104.

²³ Sobre a contiguidade e imanência do poder na dispersão das relações de um campo social, convém ressaltar a influência da obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, que acabava de ser publicada em 1975, momento em que

escritórios, a banalidade da servidão voluntária, a calma circulação de um funcionamento que não possui um ponto alto e eminente fora do seu jogo de relações, onde a decisão não vem de uma instância transcendente ao jogo mas da reticulação de pequenas influências que se propagam entre os olhos, papéis, gestos, e-mails, senhas, comandos, etc. A burocracia se sustenta, em sua própria imanência, mediante a colaboração tácita de seus agentes, que são as engrenagens de uma maquinaria de centro ilocalizável, onde o funcionamento se encontra sempre pelo meio e cuja origem ou destinação é sempre retroativamente editável conforme as contorções que o desejo fará em sua própria lei, cujo sentido é eternamente adiável, tais quais os procedimentos que perseguem os personagens de Kafka. Entretanto, como dizíamos, é simultâneo a essa perseguição uma curiosa euforia em Kafka: em *O Processo* e em *O Castelo*, K experimenta verdadeiras intensidades mesmo nas piores maquinarias burocráticas; ele testemunha uma estranha coragem e um desejo enérgico de fazer fugir as engrenagens em que se encontra enredado. Os livros de Kafka fazem rir, ainda que angustiadamente.²⁴ Isto é, o curioso da burocracia kafkeana é que seu funcionamento regular é inseparável de mil irregularidades tragicômicas vividas intensamente, variações imanentes da própria regra e indiscerníveis de sua própria oficialidade, posto que a própria formalidade da lei não é distinta da modulação imanente do desejo que a habita. Nesse sentido, há uma conclusão inesperada que se pode encontrar na leitura angustiada de Kafka e que Deleuze e Guattari souberam diagnosticar: a burocracia não é um castelo imóvel de procedimentos rígidos; a burocracia é movente, fluida, passível de fugas e variações internas; a burocracia é inseparável de seus próprios devires minoritários.²⁵ Em outras palavras, a burocracia kafkeana parece ser uma angústia eufórica, uma ambivalência do terror e do ecstasy, o testemunho de um humor infernal.

Deleuze e Guattari escrevem *Kafka: por uma literatura menor*: “Michel Foucault faz uma análise do poder que renova hoje em dia todos os problemas econômicos e políticos. Com outros meios, essa análise não deixa de ter uma ressonância kafkiana. Foucault insiste na segmentaridade do poder, sua contiguidade, sua imanência no campo social (o que não quer dizer interioridade em uma alma ou um sujeito à maneira de um supereu). Ele mostra que o poder não procede de modo algum pela alternativa clássica, violência ou ideologia, persuasão ou coação. [...] o campo de imanência e de multiplicidade do poder nas sociedades ‘disciplinares’.” (Deleuze; Guattari, 1975, p. 103).

²⁴ Deleuze; Guattari, 1975, p. 75.

²⁵ Do ponto de vista micropolítico, Deleuze e Guattari afirmam que “não basta definir a burocracia por uma segmentaridade dura, com divisão entre as repartições contíguas, chefe de repartição em cada segmento, e a centralização correspondente no fundo do corredor ou no alto da torre. Pois há ao mesmo tempo toda uma segmentação burocrática, uma flexibilidade e uma comunicação entre repartições, uma perversão de burocracia, uma inventividade ou criatividade permanentes que se exercem inclusive contra os regulamentos administrativos. Se Kafka é o maior teórico da burocracia, é porque ele mostra como, num certo nível (mas qual? E que não é localizável), as barreiras entre repartições deixam de ser ‘limites precisos’, mergulham num meio molecular que as dissolve, ao mesmo tempo que ele faz proliferar o chefe em microfiguras impossíveis de reconhecer, de identificar, e que são tão pouco discerníveis quanto centralizáveis: um outro regime que coexiste com a separação e a totalização dos segmentos duros.” (Deleuze; Guattari, 1980, p. 260-261).

2. O transindividual e a reversão imanente da angústia

É exatamente nessa tensão fundamental entre o terror e o ecstasy da angústia burocrática kafkeana que gostaríamos de situar a chave de uma possível aceleração minoritária que utilizasse essa angústia para a afirmação de novos agenciamentos menos opressivos. E é nesse cruzamento que Gilbert Simondon pode esclarecer o que está em jogo tanto na visão de Deleuze e Guattari quanto na visão de Mark Fisher. Simondon é autor fundamental para a ontologia deleuziana e seus processos de individuação a partir de realidades pré-individuais. Não cabe neste texto uma análise de toda a amplitude de suas repercussões em Deleuze e Guattari. Entretanto, isto não impede de utilizá-lo como elemento que dispara a intensificação do caminho que aqui fazemos: talvez Simondon auxilie no esclarecimento de um uso da angústia que leve não ao impasse estéril mas à experiência do transindividual. Tanto a angústia quanto o transindividual são conceitos tratados pelo autor. Na angústia, afirma Simondon:

O sujeito se sente existindo como problema posto a si mesmo, e sente sua divisão em natureza pré-individual e em ser individuado [...] o sujeito adere a tudo como adere a si mesmo; ele já não está localizado [...] O sujeito se dilata dolorosamente perdendo sua interioridade; ele está aqui e alhures, [...] ele assume todo o espaço e todo o tempo, devém coextensivo ao ser, se espacializa, se temporaliza, devém mundo incoordenado. [...] dilatação sem limites que retira todo refúgio e toda interioridade [...] o individuado é invadido pelo pré-individual; todas as estruturas são atacadas, as funções são animadas por uma força nova que as torna incoerentes [...] a angústia já comporta o pressentimento desse novo nascimento do ser individuado a partir do caos que se estende; o ser angustiado sente que poderá reconcentrar-se em si mesmo num além ontológico [...] mas, para que esse novo nascimento seja possível, é necessário que a dissolução das antigas estruturas e a redução em potencial das antigas funções esteja completa, o que é uma aceitação do aniquilamento.²⁶

É curioso portanto que o autor aponte esse pressentimento para além da angústia exatamente no seu ponto de maior desgraça e miséria. Similar à angústia simondoniana, a experiência burocrática do indivíduo minoritário diante da monstruosidade acentrada e terceirizada de um sistema irresponsivo e ilocalizável parece apresentar esse movimento em que o indivíduo contempla a rede causal de processos pré-individuais nos quais está enredado e do qual depende como uma modificação finita e precária. Em linguagem spinozista, porém sob um prisma sombrio, poderíamos dizer que os seres finitos, enquanto modificações da substância absoluta, pressentem em si a sua servidão a uma rede infinita de causas externas que negam sua potência de agir, que a impedem de perseverar no ser e que exigem desse ser finito

²⁶ Simondon, 2020, p. 380-1.

um esforço infinito de integração afetiva e cognitiva que é uma flutuação incessante entre o medo e a esperança, o horror e o ecstasy pontilhados numa temporalidade fragmentada e digitalizada. A sociedade do controle, como nos dizia Deleuze em seu pequeno artigo sobre o assunto, é caracterizada pela modulação, ou seja, por variação quantitativas que controlam os parâmetros de outras variações quantitativas.²⁷ O controle modula, o poder se exerce, no caso da burocracia neoliberal, por esse grande sistema acentrado e ilocalizável de procedimentos de terceirização da responsabilidade e variação contínua das condições técnicas de subjetivação, ou seja, a modulação dos parâmetros pelos quais se produzem fluxos de desejo e crença que atravessam as coletividades através da infraestrutura digital ou analógica das telecomunicações.

Ora, se há uma reversão imanente possível da angústia em um “além” dela, como sugeria Simondon na passagem supracitada, nos parece que isso pode se apresentar exatamente nestas experiências minoritárias imanentes à própria burocracia informacional do neoliberalismo. Pois se a sociedade do controle a tudo modula, está aí incluso também que há sempre fluxos que escapam ao controle total. O poder só se torna radicalmente imanente no capitalismo tardio ao preço de também gerar fenômenos de desvio em relação às normas e códigos, pois esses próprios códigos já não querem nada dizer a não ser pelo seu papel situado e *ad hoc* numa axiomática específica. Em outras palavras, se o capitalismo só funciona a partir da descodificação generalizada dos fluxos do desejo,²⁸ como apontava o *Anti-Édipo*, o corolário deste funcionamento é que ele sempre atiga as forças que podem levá-lo ao seu limite; forças de uma imanência do desejo para além dos códigos que o esquadrihavam nas formações sociais anteriores. É neste ponto que o conceito de transindividual de Simondon parece encontrar eco na experiência minoritária da máquina burocrática capitalista: se o poder imanente do capital se realiza hoje numa modulação dos infindáveis parâmetros sensório-motores de produção das subjetividades, isso significa que a informação e suas plataformas e infraestruturas técnicas passam a ter um papel mais importante que os próprios indivíduos que elas constituem (e que já são, em certo sentido “divíduos”).²⁹ Ora, a informação, segundo Simondon, é suporte e símbolo do transindividual³⁰; ela é um fenômeno que constitui coletividades a partir de processos pré-individuais e que, sob essa ótica, é transversal à dicotomia entre indivíduo e sociedade, os quais são distinções tardias e posteriores em relação ao transindividual e ao pré-individual. A infraestrutura informacional das plataformas digitais,

²⁷ Deleuze, 2013, p. 221.

²⁸ Deleuze; Guattari, 1972, p. 263.

²⁹ Sobre o “divíduo”, cf. Deleuze, 2013, p. 222.

³⁰ Cf. Simondon, 2020b.

portanto, não é necessariamente um instrumento do controle, pois é o controle que precisa capturar as potências transindividuais das plataformas a seu favor, as quais, entretanto, possuem um potencial que atravessa sempre para além ou aquém dos axiomas do capital. Isto é, a transindividualidade digital pode comportar devires minoritários.

Convém portanto expor aqui uma definição operacional do termo a partir de Simondon: o transindividual remete àquilo que excede os indivíduos ao mesmo tempo em que os prolonga, ou seja, remete a esta dimensão de constituição da coletividade que está além ou aquém da interioridade e da exterioridade, posto que remete a uma fase do ser anterior a essa própria oposição.³¹ Em Simondon, isto quer dizer que o transindividual é o campo pré-individual e molecular na medida em que esse se torna contemporâneo dos indivíduos numa integração do coletivo. O transindividual é a direção da ontogênese, é o sentido em que vai a constituição das coletividades a partir de seus processos pré-individuais. Os exemplos de tais processos são numerosos: a técnica é transindividual, a espiritualidade é transindividual, a arte e a linguagem também o são, assim como a afetividade que integra e sincroniza os agentes.³² Ora, no caso da experiência minoritária kafkeana da burocracia, Deleuze e Guattari parecem expor o movimento simondoniano de reversão da angústia em transindividualidade. Se o(a) escritor(a) que está à margem e apartado da comunidade é ao mesmo tempo aquele(a) que pode compor as sensações e percepções do povo porvir, é na medida em que, experimentando a ruptura das significações sociais e intersubjetivas, ele(a) se abre, em sua solidão povoada, à transindividualidade das quantidades intensivas transmitidas pela literatura: agenciamentos de enunciação que, enquanto matéria expressiva, adiantam novas realidades, regimes de crença, de desejo e de emoções que circulam enquanto informação pela própria escrita como suporte e símbolo do transindividual. Ou seja, assim como a figura de Zaratustra³³, em Simondon, explicitava uma possível conversão da angústia em transindividualidade a partir da experiência de uma comunidade pré-individual com o equilibrista caído ao chão e abandonado pela multidão, a experiência kafkeana da burocracia parece expor essa tensão entre uma angústia diante das engrenagens da máquina social e uma simultânea simpatia com alguns movimentos

³¹ Ou seja, “o transindividual é o que está no exterior do indivíduo bem como dentro dele; de fato, o transindividual, não sendo estruturado, atravessa o indivíduo, não está em relação topológica com ele; imanência e transcendência só podem ser ditas relativamente à realidade individuada; há uma anterioridade do transindividual relativamente ao individual, anterioridade que impede que se defina um nexo de transcendência ou de imanência; o transindividual e o individuado não são da mesma fase de ser: há coexistência de duas fases de ser, como a água amorfa num cristal” (Simondon, 2020, p. 453).

³² Sobre a espiritualidade e a afetividade, cf. Simondon, 2020, p. 375-376.

³³ Sobre o exemplo de Zaratustra enquanto experiência do transindividual, cf. Simondon, 2020, p. 418.

de fuga internos a essa máquina, os quais são apresentados inúmeras vezes pelo personagem K em *O Processo* e *O Castelo*.

Conclusão

Portanto, esta perspectiva simondoniana sobre a experiência kafkeana, em ressonância indireta com outros precursores de Deleuze e Guattari que aqui não abordamos – como a sociologia de Gabriel Tarde – apresenta uma dimensão minoritária da burocracia. Esta pode ser, através da literatura e outras composições transindividuais de informação, a ocasião da aceleração de inteligências coletivas e do aperfeiçoamento afetivo de grupos minoritários exatamente através dessas pequenas repetições, variações e integrações de quantidades intensivas que circulam pelas obras artísticas enquanto suporte e símbolo do transindividual, isto é, na medida em que atravessam os indivíduos ao mesmo tempo em que excedem suas constituições e significações vigentes, apontando no sentido de uma ontogênese porvir.

A possibilidade de uma reversão da angústia em experiência do transindividual não seria, entretanto, algo restrito às obras de arte. A experiência kafkeana apresentada por Deleuze e Guattari, lida sob o prisma do transindividual de Simondon, aponta diretamente para a imanência técnica desta experiência, o que significa que esta pode ser levada à cabo nas plataformas digitais que mediam e modulam a subjetividade no capitalismo tardio. Isto é, na medida em que as plataformas digitais excedem e prolongam os indivíduos e as sociedades, elas guardam potenciais pré-individuais de constituição de realidades além do controle capitalista. Um dispositivo de comunicação, quer sejam os livros de Kafka, o rádio, a televisão ou as redes sociais, guardam potenciais que não se definem necessariamente pelos usos que os direcionam para o controle capitalista da maioria sobre as minorias. Nesse sentido, permanece em aberto a ontogênese de novas comunidades porvir a partir da infraestrutura informacional atual. Se a informação é suporte e símbolo do transindividual, é possível que a aceleração da experiência minoritária da burocracia neoliberal catalise a percepção da própria relatividade de suas regras e resoluções individuadas, que remetem a uma problemática que as excede e que, portanto, aponta para a imanência de outras resoluções, outras maneiras de resolver os problemas coletivos.³⁴ Uma liberdade que se presente, portanto, mesmo nas situações mais angustiantes.

³⁴ É nesse sentido que Simondon defende uma ética que compreende a metaestabilidade de suas próprias regras e concepções diante dos valores aos quais ela responde: “uma verdadeira ética seria aquela que daria conta da vida corrente sem adormecer no corrente dessa vida, que saberia definir, através das normas, um sentido que as

Referências

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1999.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações (1972-1990)*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *L'Anti-Oedipe*. Paris: Éditions de Minuit, 1972.

_____.; _____. *Kafka: pour une littérature mineure*. Paris: Éditions de Minuit, 1975.

_____.; _____. *Mille Plateaux*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

FISHER, Mark. *Realismo capitalista*. Tradução de R. Gonsalves, J. Adeodato, M. da Silveira, São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

SIMONDON, Gilbert. *A individuação à luz das noções de forma e informação*. Tradução de Luís Aragon e Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34, 2020.

_____. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020b.

ultrapasse.” Simondon, 2020, p.495. Isso depende de uma epistemologia atenta aos processos mais do que aos indivíduos que dele resultam, e, portanto, poderíamos dizer também, uma concepção das problemáticas coletivas para além das instituições que as cristalizam sob esta ou aquela resolução historicamente contingente: “que o sistema conheça em si sua própria relatividade, que ele seja feito segundo essa relatividade, que nas suas condições de equilíbrio esteja incorporada sua própria metaestabilidade [...] o saber da metaestabilidade das normas.” Simondon, 2020, p. 494-495.